

HABEAS CORPUS Nº 475.751 - RR (2018/0281700-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : LUCIANO GOMES NOLETO
ADVOGADO : LUCIANO GOMES NOLETO - GO034709
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
PACIENTE : MAURO OLIVEIRA DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO. PEDIDO DE REVISÃO CRIMINAL. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO. REVISÃO CRIMINAL BAIXADA. PREJUDICIALIDADE. NULIDADE E PRESCRIÇÃO. MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA. INSTÂNCIA ESPECIAL. APRECIACÃO INAUGURAL. IMPOSSIBILIDADE. ATO APONTADO COMO COATOR NÃO APRECIOU A MATÉRIA.

Writ parcialmente prejudicado e, no mais, não conhecido. Pedido às fls. 301/303 prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Mauro Oliveira da Silva**, condenado à pena de 8 anos de reclusão pelo delito previsto no art. 121, II, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal.

Aponta-se constrangimento ilegal ante o excesso de prazo para julgamento, pelo Tribunal de Justiça de Roraima, da Revisão Criminal n. 0001544-17.2017.8.23.0000 (ajuizada com o intuito de anular a Ação Penal n. 0010903-20.2001.8.23.0010, em razão da prescrição da pretensão punitiva).

Argumenta-se que, *decorridos mais de 15 anos entre a data do recebimento da denúncia e a data da intimação da sentença de pronúncia, prescrito está o crime imputado ao requerente* (fl. 8).

Requer-se a concessão de medida liminar para que possa o paciente aguardar o julgamento da revisão criminal em liberdade. No mérito, requer-se seja confirmada a liminar, garantindo-se ao acusado o direito de permanecer em liberdade até o trânsito em julgado da revisão criminal.

Indeferi a liminar (fls. 218/219).

Informações prestadas (fls. 226/228).

Superior Tribunal de Justiça

Parecer do Ministério Público Federal opinando pelo não conhecimento da impetração ou pela denegação da ordem, com recomendação para que o Tribunal imprima celeridade no julgamento da revisão criminal (fls. 294/297).

Às fls. 301/303, consta pedido de reconsideração, no qual se requer a concessão de liminar a fim de suspender o mandado de prisão até o julgamento deste processo ou *até o final da decretação de emergência em relação ao Covid-19* (fl. 301).

Por meio da Petição n. 157.975/2020, juntaram-se aos autos memoriais, em que se alega nulidade da ação penal, ante a intimação da decisão de pronúncia por edital, bem como a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva (fls. 304/311).

É o relatório.

Relativamente ao alegado excesso de prazo, o presente *habeas corpus* encontra-se prejudicado. Com efeito, em consulta realizada no portal eletrônico do Tribunal de Justiça de Roraima, verifica-se que a mencionada revisão criminal (n. 000017001544-0 ou n. 0001544-17.2017.8.23.0000) foi incluída na pauta de julgamento e encontra-se baixada.

Assim, tendo em vista que o pedido constante da petição inicial estava relacionado ao possível excesso de prazo no julgamento dessa revisão, o que a baixa dos autos indica já ter acontecido, o presente *writ* perdeu seu objeto.

Quanto aos memoriais juntados, embora as alegações se refiram à matéria de ordem pública, não há como as analisar nestes autos, já que o ato aqui apontado como coator não é o acórdão que apreciou o mérito da revisão criminal.

É firme no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que somente as instâncias ordinárias podem se pronunciar, de ofício, sobre matéria de ordem pública. Na instância especial, não há como se dispensar o necessário debate acerca da questão controvertida, sob pena de incursão em indevida supressão de instância.

Nesse sentido: o AgRg no HC n. 472.533/SC, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 13/12/2018; o AgRg no HC 453.621/ES, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 30/10/2018; e AgRg no REsp n. 1.746.280/TO, Ministro Ribeiro

Superior Tribunal de Justiça

Dantas, Quinta Turma, DJe 10/10/2018.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*, em relação ao excesso de prazo e, no mais, dele **não conheço**. **Julgo prejudicado** o pedido de reconsideração às fls. 301/303.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator